



# Jovens Agricultores

**SEMENTES EM TEMPO DE CRISE**

**O DESAFIO**

**25** Anos

#### 4 DOSSIER

- A Turbulência no Mundo Agro-Rural
- Planeamento da Empresa Agrícola em Tempo de Grande Incerteza
- A Crise Financeira e a Agricultura Portuguesa
- A Situação Económica e Financeira Actual – Oportunidade ou Ameaça?
- Realidade da Instalação – Perspectiva dos Directores Regionais de Agricultura
- Dimensões Territoriais do Apoio aos Jovens Agricultores 2007 – 2013
- A Formação Profissional na Instalação dos Jovens Agricultores

#### 18 UM SECTOR EM ANÁLISE

- O Sector Leiteiro Português – Passado, Presente e Futuro

#### 20 SER JOVEM AGRICULTOR

- Na Cultura de Plantas Aromáticas

#### 22 VALORIZAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

- Fertilização no Olival

#### 24 ASSOCIATIVISMO

- Instalação de Jovens Agricultores - 2009
- Roteiro para a Juventude – Presidente da República mostra “Bons Exemplos”

#### 26 AJAP NA EUROPA

- Jovens Agricultores Europeus e a Nova Situação do Mercado após 2013

#### 27 LEGISLAÇÃO

#### 28 GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR

### Ficha Técnica

[OUT | NOV | DEZ] 2008 N.º 76

Propriedade, Redacção e Edição  
AJAP  
Associação dos Jovens  
Agricultores de Portugal  
Rua D. Pedro V, 108 - 2º  
1269-128 Lisboa  
Telefone: 21 324 49 70  
Fax: 21 343 14 90

Director  
Firmino Cordeiro

Coordenação  
Departamento de Comunicação

Redacção  
Departamento Técnico

Secretariado  
Olga Leitão

Departamento Comercial  
Olga Sereno

Paginação  
AJAP / Tryagono, publicidade unipessoal, Lda.

Impressão  
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal  
n.º 78606/94

Registo de Título  
n.º 116714

Tiragem  
10 000 exemplares

Periodicidade  
Trimestral

E-mail  
ajap@ajap.pt

URL  
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita





Vivemos um período de inúmeras incertezas, as notícias que diariamente nos chegam ora nos despertam para certas janelas de oportunidade, ora nos desanimam e desencorajam.

Aplaudimos o Presidente da República quando, vezes sem conta, tenta animar o desânimo, e mostra a todo o país os bons exemplos, os bons projectos e as boas ideias. Também a agricultura, sector considerado marginal para muitos, é levado em linha de conta nas preocupações do Presidente.

É confortante sentir esse apoio, sentir essa vontade e determinação, mas infelizmente isso é pouco se o governo continuar insensível, e deixar os agricultores cada vez mais isolados.

Reina a descrença, reina o abandono, reina a desertificação, reina o isolamento dos resistentes, é certo que ainda reina alguma vontade, mas desvanece à medida que o tempo passa e as dificuldades se acumulam.

O PRODER, mesmo ignorando as complicações do atraso, pouco vai resolver. As medidas, (algumas ainda nem sequer estão em prática), foram criadas para um País que não o nosso. Ao mundo rural profundo, adaptado e adaptável às exigências da UE em termos ambientais, foi retirado um dos seus principais apoios, as Medidas Agro-Ambientais. As actuais apenas mantêm o nome, são de tal forma exigentes que praticamente não se adaptam aos nossos agricultores.

Estamos disponíveis como sempre e, mais uma vez, em nome da AJAP reitero a vontade de nos associarmos a projectos de futuro, em prol da valorização da actividade, e do desenvolvimento de melhores condições de vida nas zonas rurais. Refiro-me concretamente à implementação do prometido banco de terras, refiro-me ao desafio de instalar mais jovens na nossa agricultura, refiro-me à necessidade de dinamizar as zonas rurais e de fixar pessoas capazes de as desenvolver.

Esperemos que 2009 seja um ano de progresso, um ano em que finalmente alguns fundos possam dar corpo ao vazio de investimento que caracterizou os últimos anos.

**Boas Festas e Feliz Ano Novo.**

Firmino Cordeiro

## A TURBULÊNCIA NO MUNDO AGRO-RURAL



**António Covas**  
*Professor Catedrático da  
Faculdade de Economia da  
Universidade do Algarve*

Nos últimos 18 meses temos vivido uma turbulência e um nervosismo inusitados nos mercados internacionais de “commodities”. Depois de subidas espectaculares nos mercados do petróleo, do dinheiro e das matérias primas alimentares assistimos, nos últimos meses, a um movimento em sentido inverso, com a crise do “subprime” e do imobiliário em primeiro lugar, a crise financeira e bancária, em segundo lugar e, agora, a recessão económica. O que surpreende é a volatilidade, a amplitude dos movimentos e a rapidez de propagação.

Eis algumas breves reflexões a propósito.

### 1. A mudança de padrão na estrutura da oferta e da procura mundiais

Estamos, de facto, perante uma conjugação muito complexa de factores: o preço do petróleo num “sobe e

desce” constante, a procura alimentar imparável dos grandes países emergentes, a formação de um mercado de biocombustíveis alimentado por quotas e subsídios nacionais, os efeitos nefastos das calamidades naturais e a gestão difícil dos riscos globais, a pressão sobre os recursos naturais e a gestão sustentável da biodiversidade e, agora, uma recessão económica para 2009 e um mercado do crédito extremamente restritivo. A conjugação de todos estes factores não apenas altera os preços relativos das “commodities” como desencadeia uma grande volatilidade no comportamento dos mercados respectivos.

***“Esta turbulência no mundo rural diz-nos que estamos perante um problema eminente de cultura e civilização, sobre os princípios e limites da razão sustentável, muito mais do que uma simples questão de procura e oferta que o mercado e a tecnologia, mais uma vez, resolveriam.”***

### 2. De novo a segurança alimentar e as “guerras de fileira”

Face à volatilidade dos mercados e à alteração dos preços relativos das mercadorias, a ligação cruzada entre as produções alimentares e o preço da energia cria uma instabilidade permanente nos mercados cerealíferos e nas fileiras que deles dependem. O aprovisionamento alimentar e a gestão de stocks estratégicos vai estar de novo na ordem do dia. Voltam, igualmente, as guerras de fileira relativamente à distribuição/apropriação das mais e

menos-valias geradas. Dos produtores agrícolas aos fabricantes de sementes, produtos químicos e máquinas agrícolas, por um lado, das empresas agro-alimentares aos supermercados, restaurantes e consumidores, por outro. O número de falências, concentrações e fusões e a relevância da política de concorrência nesta área serão um indicador fiável destas “guerras de fileira”.

### 3. Biocombustíveis e produtivismo tecnológico

“Biocombustíveis, a cura é pior que o mal” diz a OCDE. O prémio Nobel da Química, Paul Crutzen diz que “a colza usada na Europa para o biodiesel e o milho nos EUA para o etanol produzem entre 50% e 70% mais gases efeito de estufa, por causa das emissões de óxido nitroso, um sub-produto de fertilizantes à base de nitrogénio usados na agricultura, isto sem considerar a energia gasta para transformar a matéria-prima agrícola em combustível. Por outro lado, uma das formas de conciliar as duas procuras, alimentos e combustíveis, e a restrição de solos disponíveis, é intensificar as culturas energéticas, agravando a corrida aos OGM e, por esta via, os danos eventuais causados ao património genético.

### 4. Matriz energética e social

As culturas energéticas intensivas em explorações de cariz monofuncional têm um impacto social e ambiental muito diferente de uma exploração multifuncional com sistemas mais descentralizados de produção de energia e balanços energéticos mais favoráveis. De facto, entre uma cultura super

intensiva de milho e um sistema combinado de mini-hídricas, mini-eólicas e biogás vai uma distância enorme. Por outro lado, sabemos que há uma relação directa entre estes dois sistemas de exploração e a estrutura da propriedade.

***"Não é a globalização que nos assusta, é o nomadismo predador sem regulação forte e a desocupação de "território soberano".***

Neste contexto, os biocombustíveis de 2ª geração, o pós-etanol, a partir de algumas colheitas realizadas em terrenos pouco férteis, estão mais próximos do desenvolvimento rural visto que não entram em competição directa com a produção alimentar, além de que as matérias-primas são mais baratas, sendo que o seu potencial de redução do efeito estufa é superior ao bioetanol. Isto é, os biocombustíveis de 2ª geração, uma vez em velocidade de cruzeiro (os próximos cinco a dez anos), em articulação com outras fontes descentralizadas de produção de energia, compõem com mais facilidade uma

estrutura de produção multifuncional melhor adaptada ao ecossistema local e regional respectivo.

### **5. Desenvolvimento rural e coesão territorial**

Esta turbulência no mundo rural diz-nos que estamos perante um problema eminente de cultura e civilização, sobre os princípios e limites da razão sustentável, muito mais do que uma simples questão de procura e oferta que o mercado e a tecnologia, mais uma vez, resolveriam. A pressão da demografia sobre os recursos, que são sempre escassos, deixa-nos à beira de um limiar perigoso que pode, mesmo, pôr em risco os programas já desenvolvidos sobre a conservação e a biodiversidade. As guerras da água e do solo estão cada vez mais próximas. O cerco aperta-se sobre o mundo rural, mais frágil e vulnerável, que pode ser obrigado "alienar" território fundamental. Parques ambientais, parques eólicos, searas de painéis solares, floresta industrial, reservas de caça, resorts e campos de golfe, culturas energéticas intensivas, à mistura com azeite super-intensivo e vinha dita denominada, esta é a "agro-paisagem" que espera

o mundo rural no futuro próximo. Os alimentos, esses chegam do mundo global, quem sabe por encomendação virtual. Não é a globalização que nos assusta, é o nomadismo predador sem regulação forte e a desocupação de "território soberano".

### **Conclusão**

O comércio internacional precisa de regulação urgente porque ele cria desigualdades profundas tanto na origem como no destino, destruindo o tecido social das pequenas economias locais e regionais dos países de exportação e dos países de importação. Para além desta regulação multilateral há "modelos" mais modestos e mais regionalizados à nossa disposição para manter a coesão socio-económica dos territórios: pequenas quotas de produção para manter a ocupação dos recursos e das pessoas, a formação de pequenos "clusters" em redor da agricultura biológica, das energias renováveis, da floresta de uso múltiplo, dos recursos genéticos, da pequena pecuária, da hortofruticultura, de nichos de mercado de gama alta e, conseqüentemente, a dinamização dos sistemas produtivos locais a partir destas fileiras e "clusters".



## PLANEAMENTO DA EMPRESA AGRÍCOLA EM TEMPO DE GRANDE INCERTEZA



**António Cipriano Pinheiro**  
*Professor Catedrático do  
Departamento de Economia  
da Universidade de Évora*

As actividades do sector agro-pecuário sempre tiveram um grau de risco muito maior do que as dos outros sectores produtivos. Nos outros sectores de actividade o valor da receita varia, fundamentalmente, devido às variações do preço, ao passo que no sector agro-pecuário uma das componentes da incerteza tem igualmente origem no mercado, flutuações nos preços, mas outra provém das variáveis climáticas.

Até há pouco tempo considerava-se que a segunda componente da incerteza, a variabilidade das condições meteorológicas, era a mais importante, mas, recentemente, assistimos a variações nos preços que nos fazem acreditar que algo de muito importante está a acontecer.

Convenhamos que o que se verificou no último ano não encontra paralelo em nada que tenha acontecido, pelo menos, nos últimos 50 anos. O petróleo subiu de cerca de 70 dólares o bar-

ril para perto dos 200 e já baixou para valores próximos do nível de onde partiu. As bolsas não param de cair, apesar das intervenções das organizações internacionais e dos governantes nacionais. O que aconteceu no sector agro-pecuário pode ser assim resumido: depois de 25 anos, durante os quais os preços dos alimentos nos mercados mundiais caíram 3/4 em termos reais, o enorme aumento do preço do trigo, do milho, do arroz e de outros produtos, particularmente sentido desde a primavera de 2006, foi notável. O índice de preços médios para os produtos agrícolas da FAO<sup>1</sup> cresceu cerca de 9% em 2006, e 23% em 2007. Na realidade, o índice de preços homólogos, ou seja, comparando o valor daquele índice em Dezembro de 2006 com o valor em Dezembro de 2007, cresceu 37%. A subida de preços foi liderada pelos lacticínios que, em média, subiram 80%, seguida dos produtos oleaginosos cuja subida rondou os 50% e dos cereais com uma subida de cerca de 42%. A única excepção parece ter sido o preço do açúcar que desceu 32%, depois de ter subido mais de 20% no período de 2005-2006. A subida dos preços continuou no princípio de 2008, revelando tendências de abrandamento, ou mesmo de diminuição ligeira, a partir de meados de 2008<sup>2</sup>. Desde Janeiro de 2005 até Junho de 2008 o preço do milho quase triplicou, o do trigo aumentou 127% e o do arroz aumentou 170%<sup>3</sup>.

Contudo, nem tudo são más notícias. Preços dos produtos agrícolas altos constituem, também, uma oportunidade para relançar a agricultura através de investimentos públicos de longo prazo, que, por sua vez, podem ca-

talisar investimentos privados de alta rentabilidade.

Em tempos agitados como os que estamos a viver, um Jovem Agricultor, ao planear a sua empresa, necessita de conhecer algumas premissas que, pelo menos no médio prazo (10 a 15 anos), possa tomar como seguras. Neste horizonte, com elevado grau de probabilidade, podemos acreditar no seguinte:

- A população mundial continuará a crescer a um ritmo superior a 1% ao ano, o que levará a um crescimento continuado da população mundial de cerca de 78,5 milhões de pessoas por ano, principalmente nos países em desenvolvimento, prevendo-se que em 2050 existirão cerca de 9,5 mil milhões de pessoas na Terra;
- A população humana continuará a necessitar de produtos agro-pecuários para se alimentar;
- As necessidades de produtos alimentares irão continuar a crescer e, portanto, se as populações tiverem o rendimento necessário para se alimentar, é expectável que a procura de alimentos cresça e a agricultura continue a desempenhar um papel fundamental para a sustentabilidade da Humanidade.

Numa situação de convulsão económico/financeira, como a que estamos vivendo, o que é fundamental ter presente quando planeamos a nossa empresa?

**Diversidade:** Como diz o povo: não pôr todos os ovos no mesmo cesto. Basear a actividade empresarial na produção de vários produtos (vegetais e animais), de preferência praticando

actividades cujos rendimentos estejam negativamente correlacionados, isto é, actividades em que, em geral, um ano mau para uma não seja, necessariamente, um mau ano para a outra e vice-versa.

**Versatilidade:** Tomar opções que permitam sem grandes custos passar de uma actividade para outra. Por exemplo, optar por máquinas que possam ser usadas em várias actividades e para diferentes culturas; adquirir sistemas de rega que se possam utilizar em várias culturas e em várias situações.

**Adaptabilidade:** Não fazer investimentos fixos muito pesados, caros e difíceis de adaptar a novas actividades. Por exemplo, não construir estábulos, celeiros ou hangares em alvenaria que além de pesarem muito nos custos de produção, são difíceis de adaptar quando se passa de uma actividade para outra.

*"Em tempos agitados como os que estamos a viver, um Jovem Agricultor, ao planear a sua empresa, necessita de conhecer algumas premissas que, pelo menos no médio prazo (10 a 15 anos), possa tomar como seguras."*

**Não comprar terra cara:** Se não se possuir terra e, sobretudo, se para a comprar for necessário recorrer ao crédito, é fundamental fazer bem as contas. Em geral, é mais vantajoso começar (ou ser toda a vida) rendeiro do que levar a vida a pagar juros. Quem tiver dúvidas deve aconselhar-se antes de comprar. Para além dos aspectos económicos/financeiros se a terra for arrendada e

as actividades para as quais aquela propriedade tem aptidão deixarem de ser rentáveis, é mais fácil mudar para outra terra com aptidão para outras culturas.

**Vender com o maior valor agregado possível:** Sozinho ou associado com outros produtores, venda os produtos na forma que estejam o mais próximo possível da que o consumidor final os vai adquirir. Por exemplo, se for possível vender o vinho engarrafado, é mais lucrativo do que vendê-lo a granel; se os morangos puderem ser vendidos em caixinhas de meio quilo ou de um quilo, prontos para irem para a prateleira do supermercado, será melhor do que vendê-los de outra forma.

**Estar informado:** O agricultor, como empresário, para tomar as decisões mais correctas, necessita de estar na posse da informação mais actualizada sobre preços e mercados, sobre as melhores tecnologias e sobre a melhor forma de afectar os seus recursos. É necessário saber em que mercados se obtêm os melhores preços para os produtos que se querem vender, onde se podem comprar os factores de produção aos menores preços. Por outro lado, é necessário conhecer as tecnologias que levam à produção com menores custos. Acresce ainda, que é fundamental saber estimar as quantidades de factores (adubos, rações, água e outros) que se devem usar em cada situação, isto é, as quantidades economicamente óptimas. Nem factores de produção a mais nem a menos.

**Acima de tudo:** Usar o bom senso. Quando não se sabe procura-se quem saiba e possa aconselhar.



1 Growing demand on agriculture and rising prices of commodities Paper prepared for the Round Table organized during the Thirty-first session of IFAD's Governing Council, February 2008.

2 Consejo Internacional de Cereales. GMR No. 382, 25 de Septiembre de 2008.

3 Mitchell, Donald (July 2008) "A note on rising food prices", The World Bank Developing Prospect Group, Policy Research Working Paper.

## A CRISE FINANCEIRA E A AGRICULTURA PORTUGUESA



**Leonardo Costa**  
**Professor Auxiliar da**  
**Faculdade de Economia e Gestão**  
**Universidade Católica Portuguesa**  
**Centro Regional do Porto**

É de todos conhecida a actual crise financeira mundial. A crise não é de agora. Ela foi politicamente semeada no início da década de 80, cresceu durante as décadas de 80 e 90 e revelou-se no final do século passado, princípio deste século. A bolha especulativa, que se transportou para o mercado imobiliário americano e aí rebentou recentemente, já se tinha manifestado noutros sectores da economia americana e não só, no final da década de 90. A Reserva Federal Americana e a última Administração Americana não ajudaram muito. Recentemente, Alan Greenspan, antigo presidente da Reserva Federal Americana, declarou, publicamente, que tinha perdido a fé na capacidade auto-regulatória dos mercados. Com altos e baixos, estamos a viver o maior período de estagnação económica de que há memória, desde a Grande Depressão de 1929. Vários factores justificam e estão por

detrás desta crise, que é mais profunda do que pode parecer à primeira vista:

- a) O processo de globalização e da transição da sociedade industrial para sociedade em rede ou sociedade de informação, com um espaço de operação das empresas que é cada vez mais global e/ou mundial (se há trabalho que não entra na União Europeia, por via de leis de imigração, há empresas que saem à procura do mesmo), com a constituição de espaços regionais (megacidades) que articulam a economia de cada País à economia global, com a liberalização dos movimentos de capitais (parte substancial dos activos financeiros problemáticos americanos são propriedade europeia), com a ausência de regulamentação ao nível mundial dos mercados, cujo enquadramento político teria de estar em redes de Estados Nacionais como, por exemplo, as Nações Unidas e a União Europeia;
- b) A desregulamentação de sectores de actividade económica e a confiança cega (pelos poderes políticos dos Estados Nacionais e supranacionais e pelas Instituições Financeiras Internacionais) na capacidade de o mercado em se auto-regular;
- c) O fim do paradigma de Estado da Era Industrial, a necessidade de um novo paradigma de Estado para a Era da Informação, a descrença no papel dos Estados Nacionais, o dismantelar das funções prestadas por estes (no caso português, sem uma correspondente diminuição do peso dos respectivo aparelho).
- d) O domínio de uma ideologia de mercado, apelidada por alguns de neoliberal, que defende mais mercado (mesmo quando a evidência mostra que o dito não é livre) e

menos Estado (mesmo quando a evidência mostra que a regulamentação é necessária). Se os Estados democráticos falham os mercados também.

- e) As intervenções do FMI, do Banco Mundial e do Tesouro Americano (do Consenso de Washigton), que puseram em prática a dita ideologia, sem um enquadramento político que fosse mais vasto que os interesses (de alguns sectores corporativos) americanos e cujas consequências na Ásia, na Rússia, na Argentina, em todo o mundo, são conhecidas.

***"O mercado para ser eficiente, para gerar crescimento económico de forma sustentável, necessita de ser mercado livre, concorrencial."***

O mercado para ser eficiente, para gerar crescimento económico de forma sustentável, necessita de ser mercado livre, concorrencial. Para haver mercado livre, concorrencial, tem de haver algum grau de coesão social em sociedade, isto é, padrões de crescimento económico que gerem, no tempo, equidade em vez de concentração de riqueza. Caso contrário, o mercado tem de viver de reguladores, que controlem o poder fazedor de preço e garantam a sua eficiência. O desejo ilustrado pela Presidência Francesa da União Europeia de uma nova ordem mundial, um novo quadro regulamentar para a economia mundial, faz todo o sentido. A vitória de Barack Obama na América permite ter esperança numa liderança americana que ajude nesse sentido.

A agricultura europeia poderá contar assim com a continuação do processo de liberalização de mercados agrícolas que tem vivido. A regulamentação e/ou a correcção das falhas do mercado mundial não pode significar o fim do comércio mundial dos produtos agrícolas. Isso não traria os países em desenvolvimento, nomeadamente economias emergentes como o Brasil, para um acordo de regulação mundial. E assim, a agricultura europeia vai precisar de diferenciar para singrar:

- a) Inovar nos produtos, nos serviços prestados, nos métodos de organização;
- b) Orientar os produtos para mercados nicho, para produtos *gourmets*, com ou sem identidade regional, produtos de alto valor acrescentado, como forma de tornar o sector mais competitivo;
- c) Oferecer novos serviços às sociedades europeias, nomeadamente serviços ambientais, serviços sociais, espaços de lazer às populações urbanas, bens públicos (na acepção económica), com algum suporte público;
- d) Ser competitiva nos mercados das commodities, se a produção destas for a alternativa à diferenciação, com cada vez menos suporte público, concorrendo pelos preços (em vez de o fazer por processos de diferenciação).

Mas se este caminho é o futuro, o porto a chegar, há uma tempestade no presente que vai dificultar a navegação. A crise financeira vai atingi-la, como vai atingir todos os sectores de actividade económica. Se há uma quebra de confiança no sistema financeiro, porque, por exemplo, algumas instituições financeiras andaram a inovar no fabrico de produtos financeiros arriscados, vai



haver menos crédito. Repare-se que a banca portuguesa financia-se muito no exterior para conceder empréstimos. Se é certo que as taxas de juro vão diminuir, por força da actuação do Banco Central Europeu e/ou das intervenções públicas nos Bancos de que temos tido notícia, os spreads vão aumentar, em particular para as pequenas e médias empresas, pois dificilmente se conseguirá repor a liquidez do sistema anteriormente existente. Ou seja, vai haver menos crédito em Portugal, em particular, para as pequenas e médias empresas. Algumas empresas, também agrícolas, já endividadas, poderão falir.

***"A agricultura europeia poderá contar assim com a continuação do processo de liberalização de mercados agrícolas que tem vivido. "***

Outras empresas de outros sectores também fecharão as portas e/ou reduzirão a sua produção, em Portugal, na Europa e no Mundo, sendo o resultado o aumento do desemprego. Com desemprego e empresas e famílias endividadas, as perspectivas dos mercados agrícolas (e dos outros mercados) não são risonhas. É certo que a agricultura produz produtos essenciais. Mas também é certo que a capacidade instalada de o fazer, ao nível mundial, é mais do que capaz de superar essas necessidades. Isto é, a agricultura portuguesa não se deve deixar enganar. O caminho a percorrer é inovar, nos produtos, nos métodos de organização, etc. Inovar para sobreviver, em período de crise, e para prosperar, em período de bonança, num contexto que é e será de concorrência global.

## A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA ACTUAL OPORTUNIDADE OU AMEAÇA?



**Prof. Doutor António José  
Gonçalves Fernandes**  
Centro de Investigação de  
Montanha  
Escola Superior Agrária de  
Bragança

A crise que é, actualmente, económica já foi financeira. De facto, o capitalismo selvagem parece ter tomado conta das instituições financeiras americanas que, devido à falta de actualização das entidades reguladoras, tomou proporções gigantescas e veio mesmo a contagiar outros países. A globalização, ou seja, o aprofundamento dos processos de integração económica, social, cultural e política a que o mundo tem vindo a assistir transformaram uma crise financeira local numa crise financeira global. Devido a este efeito, a instabilidade dos mercados financeiros fez-se sentir em todo o mundo tendo reflexos na vida de todos nós. Mas, nem tudo foi mau... Na verdade, a escalada dos preços do petróleo foi travada pela instabilidade dos mercados financeiros. Apesar disso, o preço desta matéria-prima mantém-se, ainda, em níveis que estão muito acima do seu real valor que, segundo alguns analistas, se deveria situar na casa dos 60 dólares. Neste cenário, as empresas petrolíferas detectaram uma oportuni-

dade para aumentarem, substancialmente, os seus lucros fazendo reflectir os aumentos do preço do petróleo de forma, quase, instantânea nos preços dos combustíveis. Mas, quando o preço do petróleo começou a cair, as mesmas empresas alteraram a gestão das operações de modo a reflectirem o abaixamento do preço da matéria-prima o mais tardiamente possível, apesar dos protestos dos consumidores.

A crise financeira local passou a global e, finalmente, acabou por contaminar a economia mundial. Os sinais de que tal tinha sucedido ficaram bem visíveis quando diversas entidades supranacionais, como a União Europeia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, vieram rever em baixa o crescimento económico para o próximo ano. Como é natural, as empresas preparam-se para incorporar este cenário pessimista nos seus processos de planeamento estratégico. Assim, para fazerem face a um futuro pouco auspicioso no qual o consumo das famílias irá decrescer devido à diminuição do rendimento disponível, as empresas, em especial as de grande dimensão, anunciaram já a suspensão da prestação de trabalho (lay-off) como primeira medida para adequar a produção à diminuição do consumo. As carteiras de encomendas começam a encolher e, como tal, é de esperar que outras medidas mais drásticas possam vir a ser tomadas, designadamente, a prática do downsizing que através dos despedimentos colectivos permita reduzir a dimensão das empresas para níveis considerados adequados à nova realidade na qual o consumo é menor e, como tal, os níveis de produção deverão ser mais baixos.

Face ao exposto, facilmente se percebe que foi criado um ciclo vicioso

no qual as grandes empresas, para se prepararem para um futuro incerto, contribuem em grande medida para o agravamento da situação. Efectivamente, o aumento do desemprego resultante do downsizing traz consigo menor rendimento disponível que terá implicações na redução do consumo que, por sua vez, se irá repercutir na redução da produção e assim sucessivamente. Por isso, é urgente quebrar, quanto antes, este ciclo. Os agentes económicos devem exigir aos dirigentes políticos a assunção plena das suas responsabilidades para que este ciclo possa ser quebrado.

***"o efeito da conjuntura económica desfavorável é, também, sentido no sector primário. Apesar disso, este efeito é atenuado pela manutenção da procura de bens alimentares, independentemente, de se tratar de produtos massificados ou produtos diferenciados."***

Recentemente, a actual crise económica mundial juntou em Washington, nos Estados Unidos da América, os líderes das vinte economias mais industrializadas e emergentes do Mundo (G20) que representam cerca de 85% da economia mundial. Os resultados da reunião revelam unanimidade quanto à necessidade de implementar uma nova regulação e um novo funcionamento para os mercados financeiros. No entanto, e pese embora tenha reconhecido que é preciso recuperar o crescimento global, o G20 rejeitou a aprovação de um plano coordenado



de estímulos para a economia alegando que cada país deve actuar de acordo com as suas condições específicas internas. A declaração que resultou desta reunião estabelece que os países têm de avaliar as normas contabilísticas e as necessidades financeiras das instituições. Os países do G20 terão, também, de elaborar uma lista de instituições financeiras cujo colapso poderá fazer perigar o sistema financeiro global. Por todo o mundo, os governos têm vindo a aprovar pacotes de apoio à actividade empresarial. Em Portugal, o governo aprovou novas linhas de crédito bonificado destinadas ao reforço dos capitais permanentes de empresas exportadoras, unidades hoteleiras, micro e pequenas empresas. A medida vai custar cerca de 137,76 milhões de euros aos cofres do Estado, sendo que 22 milhões recairão sobre o Orçamento do Estado para 2009 o que eleva para 3,15 mil milhões de euros os apoios que o Estado já concedeu às empresas nacionais.

O desaceleramento das economias mundiais e a instabilidade dos mercados que caracterizam a actual cri-

***"O contexto actual aconselha que, a curto prazo, os jovens agricultores sigam estratégias de redução de custos."***

se financeira e económica reduziram a confiança dos consumidores e dos investidores por todo o mundo. A conjuntura económica desfavorável é também sentida em sectores mais sensíveis como é o caso da agricultura. A maior sensibilidade deste sector de actividade resulta da natureza dinâmica do ambiente em que se enquadra. De facto, a incerteza inerente à actividade agrícola torna difícil estabelecer previsões realistas uma vez que não permite um perfeito conhecimento dos dados o que vem acrescentar complexidade ao processo de planeamento dos investimentos.

Como foi referido, o efeito da conjuntura económica desfavorável é, também, sentido no sector primário. Apesar disso, este efeito é atenuado pela manutenção da procura de bens alimentares, independentemente, de

se tratar de produtos massificados ou produtos diferenciados. Os primeiros servem para satisfazer as necessidades básicas de alimentação enquanto que os segundos satisfazem a procura de nichos de mercado mais sofisticados nos quais os consumidores estão dispostos a pagar mais devido às características distintivas deste tipo de produtos.

O contexto actual aconselha que, a curto prazo, os jovens agricultores sigam estratégias de redução de custos. Mas, como vimos, as linhas de crédito bonificadas que integram os pacotes financeiros de apoio à actividade económica são incentivos ao investimento que os governos estão a adoptar para que a recuperação económica aconteça o mais rápido possível. Trata-se de medidas excepcionais que os governos podem adoptar uma vez que as circunstâncias especiais da actual situação económica e financeira justificam a violação da regra do Pacto de Estabilidade e Crescimento na qual o deficit não pode superar os 3%. É uma oportunidade que os jovens agricultores devem saber aproveitar!

# REALIDADE DA INSTALAÇÃO

## Perspectiva dos Directores Regionais de Agricultura

### AS NOSSAS PERGUNTAS

- 1 Considerando a necessidade de rejuvenescimento do sector qual o número de Jovens Agricultores que considera ser necessário instalar na região?
- 2 Tendo em conta as características da região, quais os sectores que têm suscitado mais interesse?
- 3 Qual a vossa impressão dos projectos de Jovens Agricultores já recepcionados e analisados?
- 4 Que conselhos daria aos Jovens Agricultores que se pretendem instalar na zona de abrangência dessa Direcção Regional?

### AS RESPOSTAS

**Arq. Carlos Guerra**  
**DRAP Norte**

- 1 As metas integradas no Plano de Desenvolvimento Regional para o período de 2007-2013 prevêem a instalação de 700 Jovens Agricultores.
- 2 Todas as fileiras estratégicas definidas no Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e o sector do leite.
- 3 Existem projectos que configuram situações de inovação que podem contribuir para o desenvolvimento da região e para a fixação desses jovens ao território. No entanto existem pedidos de apoio que apresentam algumas desconformidades que poderão vir a ser ultrapassadas num futuro próximo.
- 4 Antes da apresentação do pedido de apoio devem realizar uma análise de contexto interna e externa, a evolução do mercado e as potencialidades da sua exploração, de modo a diminuir os riscos associados à sua instalação.

**Eng. Rui Moreira**  
**DRAP Centro**

- 1 A expectativa do n.º de Jovens Agricultores a instalar na região no período de vigência do PRODER é de cerca de 800 – 1000. Para assegurar a substituição geracional o número teria de ser consideravelmente superior mas o enquadramento da conjuntura não o permite antever.
- 2 Os sectores que mais interesse tem suscitado na região são os centrados nas fileiras estratégicas, nomeadamente na fruticultura – cereja, pêssgo, kiwi; horticultura e floricultura.
- 3 Relativamente aos projectos de Jovens Agricultores apresentados e já analisados, cerca de oito dezenas, verifica-se alguma heterogeneidade relativamente à qualidade técnica. Tal dever-se-á em parte à falta de adaptação à nova metodologia de submissão de candidaturas em que o suporte electrónico obriga a uma maior exigência no preenchimento e apresentação do conteúdo dos formulários. De igual modo

as candidaturas apresentadas no sector da pecuária não associada à transformação em produtos de qualidade terão alguma dificuldade em passar na hierarquização dos projectos o que deverá merecer análise futura.

- 4 Quanto aos conselhos a dar aos Jovens Agricultores que se pretendam instalar na área de intervenção da DRAPC, realçaria os seguintes:
  - Fundamentem a sua decisão de se instalar na agricultura no valor intrínseco dos vossos projectos e ideias e não pretensa atractividade do prémio;
  - Utilizem parcimónia e racionalidade nas decisões de investimento. Sempre que possível utilizem e dinamizem soluções de prestação de serviços comuns;
  - Utilizem as soluções de apoio à formação para uma efectiva capacitação vossa e dos vossos colaboradores – comprem soluções à medida das vossas reais necessidades;
  - Sejam ousados no desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias. A dimensão da nossa realidade assim o exige. A orientação das decisões deve ser focada exclusivamente no mercado e suportada em empresas ou Organizações de Produtores com provas dadas.

**Eng. José Canha**  
**DRAP Lisboa e Vale do Tejo**

- 1 Considerando-se que o rejuvenescimento do sector agrícola, não passa só pela assunção por parte de jovens de antigas explorações geridas por familiares, mas sim, partindo eventualmente desta base, mas integrando alguma reestruturação dos aparelhos produtivos e das empresas, bem como de processos, consideramos que há espaço e necessidade de novos jovens empresários, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em número próximo de 1 milhar.
- 2 Tendo presente os sectores dominantes da Região e os que têm maior potencial competitivo e de posicionamento do Mercado, são esses que maior interesse têm suscitado e que são por ordem decrescente: horticultura (incluindo flores), fruticultura (maças e peras), viticultura e olivicultura.
- 3 Desenvolvemos na fase anterior à apresentação dos Pedidos de Apoio, várias acções de informação/formação, discussão da estratégia agrícola regional e envolvendo quer as Organi-



zações de Agricultores quer os jovens agricultores em particular.

Face a este trabalho, e às realidades regionais, existe alguma frustração face à qualidade/inovação das “ideias de projecto”, quer da qualidade dos P.A. – pedido de apoio, apresentados.

Esperávamos mais/a realidade exigia mais.

**4** Iniciar hoje nova empresa agrícola, exige antes de mais a existência de uma exploração/aparelho produtivo com potencialidades produtivas e capacidades de competitividade no Mercado.

Qualquer jovem agricultor que se pretende instalar/instalar, tem naturalmente que ter, desde logo uma relação já estabilizada com o sector e com o Mercado, o local/Entidade onde irá transformar/vender os seus produtos, seja uma estrutura comercial tradicional seja uma Organização de produtores, este será sempre um dos elementos que determinará o sucesso ou o insucesso do projecto.

Sabemos que nem sempre/raramente o Jovem agricultor tem acesso/conhece, estas estruturas ou tem a empresa agrícola ideal.

Estas realidades exigem cada vez mais que novas empresas ou um novo Jovem agricultor que se procure instalar, pense na reestruturação da sua empresa, do seu negócio, e o faça, sempre que possível, estabelecendo parcerias, com outros com maior experiência.

Entenda-se esta opinião como elemento de alerta/reflexão, mas de grande actualidade.

**Dr. João Filipe Libório**  
**DRAP Alentejo**

**1** A necessidade de rejuvenescimento do sector agrícola no Alentejo é muito grande, basta referir que 54% dos produtores singulares têm idade igual ou superior a 65 anos, segundo o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas realizado pelo INE em 2005. Em números absolutos são 15.141 produtores singulares que atingiram a idade de reforma e que, em situação normal, gostariam de ser substituídos por sucessores mais jovens.

Acresce ainda que nos próximos dez anos mais 5.499 produtores singulares, 20% do total, atingirão os 65 anos, já que se encontram na classe de idade 55 a 64 anos. Se a distribuição por idades fosse igual nesta classe, em cada um dos próximos dez anos seria necessário instalar 550 jovens agricultores, apenas para manter a mesma estrutura etária, considerada como muito envelhecida.

O número desejável de instalações de jovens agricultores é assim, necessariamente, muito superior a 550 por ano, se pretendemos contribuir para o rejuvenescimento do sector.

Contudo, são muitos os factores que contri-

buem para que o processo seja lento. O reforço dos incentivos à instalação de Jovens Agricultores introduzido pelo PRODER pretende contrariar esses factores e contribuir para acelerar esse processo.

**2** Os sectores que têm suscitado mais interesse aos jovens que se instalam na agricultura no Alentejo são, em termos gerais, os tradicionais na região e os que presentemente têm vindo a atrair mais investimento ou seja, a pecuária extensiva, o olival e a vinha.

Nos perímetros de rega, em particular no Perímetro de Rega do Mira, a horto-fruticultura tem suscitado também um interesse relevante que se pode vir a expandir nos próximos anos com o aumento da área de regadio propiciado pela a barragem de Alqueva.

**3** Os projectos de instalação de Jovens Agricultores já recepcionados e analisados no âmbito do PRODER – Acção 1.1.3 – incluem alguns projectos inovadores, que louvamos, mas na sua grande maioria são projectos que apenas dão continuidade a modelos de exploração já tradicionais na região. Uma pequena parte destes últimos carece mesmo de um maior amadurecimento de forma a poderem tornar-se projectos viáveis e sustentáveis em termos económicos.

**4** O grande conselho que podemos dar aos jovens que se pretendem instalar na agricultura é que estudem muito bem o mercado do sector ou sectores que pretendem desenvolver. A compreensão dos sinais de mercado, ainda que ténues ou aparentemente contraditórios, é essencial para garantir a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações agrícolas. Os apoios à instalação e ao investimento, concedidos pelo PRODER, destinam-se apenas a facilitar a integração nesse mercado.

Uma vez alcançado esse conhecimento e compreensão tudo será mais fácil, a aprendizagem, a integração associativa, o recurso ao crédito e aos apoios da política agrícola e de desenvolvimento rural.

A formação profissional geral ou em áreas específicas é hoje fácil de adquirir, há uma vasta e diversificada oferta e apoios públicos para esse fim. O que é importante neste campo é saber fazer um bom diagnóstico das necessidades individuais de formação.

As associações, cooperativas e outras organizações do sector agrícola funcionam hoje também com um grau de profissionalismo muito diferente do que aconteceu no passado. A participação dos jovens na gestão dessas organizações é um factor de sucesso.

Finalmente a elaboração de um bom plano empresarial a médio prazo contribuirá certamente para aumentar a credibilidade da exploração agrícola junto das instituições financeiras e dos organismos públicos que executam a política agrícola e de desenvolvimento rural, abrindo muitas portas.

**Eng. Joaquim Rodrigues**  
**DRAP Algarve**

**1** O número de Jovens Agricultores a instalar, considerado necessário nesta região, é um exercício prospectivo algo complexo, já que as necessidades de rejuvenescimento da nossa agricultura são variáveis em função das sub-regiões e dos sectores produtivos em presença. Apesar disso, e em termos muito genéricos poderemos dizer que, para o Algarve, o limiar mínimo para instalação de Jovens Agricultores no período 2007-2013 será pelo menos a referência que temos em termos de operações similares ocorridas no QCA III e que totalizaram 132 processos de 1ª instalação.

**2** Neste novo período de programação e apesar da fase precoce em que ainda nos encontramos, os sectores mais procurados têm replicado o panorama agrícola regional, com os sectores da fruticultura, principalmente dos citrinos e alfarrobeiras, por um lado, e da horticultura (em estufa) e ornamentais a constituírem a maioria das candidaturas entradas.

**3** A nossa impressão, tendo em conta as candidaturas do 1º concurso já validadas, é globalmente positiva no que aos projectos de JA recepcionados diz respeito. Para informação mais detalhada acerca do nível de cumprimento por exemplo dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, os pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão do PRODER.

**4** Os principais conselhos a dar aos Jovens Agricultores que se pretendam instalar prendem-se essencialmente com a necessidade de realizarem uma prévia análise custo/benefício do projecto de investimento a propor por forma a garantirem um adequado nível de rentabilidade da operação e concomitantemente pela aposta em actividades para as quais já exista ou potencialmente venha a existir um determinado nível de procura pelo mercado.



## DIMENSÕES TERRITORIAIS DO APOIO AOS JOVENS AGRICULTORES 2007-2013



**J L Coelho Silva**  
*Engenheiro Agrônomo*

Após três anos de expectativa, aí estão de novo os apoios aos jovens agricultores (em 2006 e 2007 não foi possível apresentar candidaturas e as de 2008 estão, à data em que escrevemos este texto, em análise). Devemos lembrar que este tipo de ajudas foi alvo de debates no seio da União Europeia (UE), com alguns resultados reflectidos no actual Regulamento de Desenvolvimento Rural. Aqui se estabelecem as regras gerais de apoio aos Jovens Agricultores (JA) disponíveis na União Europeia. Em seguida os Estados membros fazem as suas opções com elevado grau de autonomia. Com efeito, o regulamento limita-se (1) a definir o que a UE entende por Jovem Agricultor, (2) qual a formação que lhe é exigida e (3) a obrigatoriedade de apresentar um plano empresarial para o desenvolvimento das suas actividades agrícolas.

Os estados membros definem pois os seus regimes nacionais de apoio. É possível encontrar situações desde países que simplesmente não aplicam a me-

didada (e que, portanto, não têm apoio diferenciado aos JA), até sistemas de grande envolvimento do Estado com os jovens que se pretendem instalar.

Portugal, no programa de desenvolvimento rural 2007-2013 (PRODER), estabelecia um ambicioso programa de acompanhamento aos jovens que pretendessem entrar na actividade agrícola, muito próximo, de resto, do modelo praticado em França. O envolvimento do Estado (e, eventualmente, das organizações, para cuja participação se deixava uma porta aberta) seria muito grande. Este modelo, embora compreensível no plano das ideias, causou preocupações em muitos dos agentes envolvidos, por não ser claro quem, e em que moldes, conseguiria desempenhar as exigentes tarefas nele preconizadas.

Contudo, a concretização do modelo de apoio veio a ser mais pragmática (Portaria n.º 357-A/2008 de 9 de Maio e legislação subsequente), tornando-o mais exequível nas condições existentes. Foram definidos objectivos (sectores de actividade e explorações), colocou-se o foco nas actividades agrícolas em sentido estrito; a viabilidade económica, avaliada na óptica privada, é o critério de decisão principal. Deve ser referida ainda a discriminação positiva dos JA: todas as propostas de investimento que sejam consideradas viáveis e coerentes serão apoiadas.

É claro, como é vulgar dizer-se, “o diabo esconde-se nos pormenores” e neste momento ainda não é possível dizer como serão realmente tratados os candidatos a JA, porque não existem ainda candidaturas aprovadas. Para se perceberem os riscos bastará reflectir, na distância que existe entre o que é

preconizado na documentação oficial e os resultados da sua aplicação no entendimento dos JA eles próprios. Obteremos duas fotografias bem diferentes! Apesar disso, parece-nos, que no quadro actual, uma efectiva simplificação e rapidez na actuação são possíveis.

Mas, convém notar que esta é apenas parte da questão. Estão ainda sem resposta explícita alguns dos principais problemas dos candidatos a JA.

***"o acesso à terra e ao crédito e o modo de sucessão nas explorações existentes são problemas sistematicamente identificados (não só em Portugal) mas ainda por resolver."***

Sabemos que, em Portugal, a instalação de jovens na agricultura se deu fundamentalmente no litoral (e em pequenas zonas do Interior) e nos sistemas de produção mais rendíveis. A maior parte do território não tem JA. Por outro lado, o acesso à terra e ao crédito e o modo de sucessão nas explorações existentes são problemas sistematicamente identificados (não só em Portugal) mas ainda por resolver. Em muitos casos, salvo aqueles em que a sobredeterminação e a envolvente familiar têm maior peso, o JA concorre numa situação mais difícil face à pesada aquisição de meios de produção que não dispõe.

No caso do desequilíbrio territorial do apoio aos jovens, a questão central a considerar, na nossa opinião, é a da

rendibilidade dos sistemas de produção situados em zonas mais marginais para a actividade agrícola, no duplo sentido das condições biofísicas em que se desenrolam as produções agrícolas, bem como no das condições económicas e sociais existentes (incluindo acesso a mercados e a informação, por exemplo). Aliás, seria nas regiões mais deprimidas que o apoio aos JA mais se justificaria.

Nestas regiões a rendibilidade está associada ao desenvolvimento regional, assunto que dificilmente será resolvido nos próximos anos. É então necessário procurar alternativas. A solução poderá passar, também, por identificar actividades, no seio da exploração e do trabalho do jovem candidato a agricultor, que permitam elevar as expectativas de rendimento do trabalho que este pode obter.

***"Em muitos casos, salvo aqueles em que a sobredeterminação e a envolvente familiar têm maior peso, o JA concorre numa situação mais difícil face à pesada aquisição de meios de produção que não dispõe."***

Quanto à multifuncionalidade, entendida como a realização de actividades externas ao sector primário no seio da exploração e que vem sendo sistematicamente defendida como uma solução com interesse, a prática vem demonstrando que tem um interesse marginal para a instalação de jovens. É portanto necessário procurar outras alternativas.

Em nossa opinião, a produção de bens públicos (isto é, bens que todos podem usar mas que não são pagos), associados à produção agrícola e florestal deveria ser explicitamente considerada. Designadamente podemos indicar, em primeiro lugar a gestão dos recursos naturais e a biodiversidade. A protecção e promoção de valores naturais existentes na área de inserção da exploração poderia ser contratualizada, definindo (1) que valores a proteger e ou promover e em que quantidade, (2) a duração contratual (entre dez a vinte anos) e (3) a correspondente articulação com a exploração agrícola.

Em segundo lugar, nalgumas situações, a luta contra incêndios e a protecção do solo. Nos casos onde verifica baixa densidade populacional, tarefas como

a limpeza de matos ou de linhas de água já não são realizadas, podendo para as mesmas serem estabelecidos contratos de realização de tarefas específicas por parte dos JA, as quais seriam também remuneradas. Aliás, este tipo de medidas prefiguram um regime de investimento público destinado a micro e pequenas empresas, que muitos vêm reclamando.

Contudo as medidas referidas, sempre associadas às actividades agrícolas e ao seu desenvolvimento, não podem ser aplicadas como um "fato de corte único", uniforme a todo o país. Necessitam de descentralização, de abordagem ao nível local, desejavelmente ouvindo autarquias e organizações locais. Este será, provavelmente, o maior desafio.



## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA INSTALAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES



**Fernando Ventura  
Mendes da Costa**  
Engenheiro Agrónomo  
DGADR

Na sequência das intervenções já realizadas pelos anteriores programas, PAMAF e AGRO, o Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER continua a apostar na renovação e rejuvenescimento do tecido empresarial do sector agrícola, mantendo uma Acção de apoio à “Instalação de Jovens Agricultores”. Esta Acção procura reforçar e melhorar algumas das condições essenciais para estimular a adesão dos jovens, nomeadamente, o prémio à instalação, os apoios ao investimento, a formação profissional e o sistema de acompanhamento. Interessa-nos focar neste artigo, os aspectos que têm a ver com a formação profissional, designadamente a relevância que esta passa a ter, e a forma como é utilizada para potenciar os objectivos da Acção.

Importa desde logo destacar, que a nível dos critérios de selecção das candidaturas, a formação profissional passa a constituir um dos factores para o apuramento da “Valia dos Jovens Agricultores” (VJA). Este critério é utilizado para pontuar, ordenar e seleccionar os

projectos, e é obtido pela pontuação e ponderação dos factores, “Valia do Plano Empresarial” (VPE) e “Valia do Plano de Formação” (VPF). Como se depreende, a utilização de um critério deste tipo evidencia que uma das condições determinantes para aceder à instalação, é a formação profissional do candidato. Este deve dispor de competências adequadas para a gestão de uma empresa agrícola e evidenciar capacidade para adquirir, de forma continuada, novas competências, que permitam alcançar os objectivos programados, responder às exigências do mercado, à sustentabilidade e à competitividade. Por esta razão, é particularmente relevante a forma como é tratado e desenvolvido o “plano de formação” e é articulado e integrado com o plano empresarial e o perfil do candidato.

O “plano de formação” é constituído, pela formação eventualmente necessária para obter a “formação adequada” exigida para a instalação e, pela “formação complementar” de interesse relevante para a actividade. A primeira é de carácter obrigatório para certos candidatos, de acordo com o seu perfil de qualificação, assumindo a segunda, um carácter voluntário.

A “formação adequada”, a adquirir, é definida de forma linear em função da formação escolar e profissional do candidato e da experiência profissional demonstrada, de modo a cumprir os requisitos mínimos de aptidão e competência exigidos para cada um dos onze “perfis de qualificação escolar e profissional” estabelecidos na regulamentação.

Já a “formação complementar”, é definida pelo próprio candidato em função das necessidades sentidas, face às competências em falta, necessárias para desenvolver correctamente o

projecto de exploração, quer a nível técnico, tecnológico, comercial ou de gestão. Assim, o candidato deve estabelecer o seu itinerário de formação ao longo dos primeiros trinta e seis meses de instalação, em função das necessidades para concretizar o plano de exploração aprovado, tendo consciência da sua relevância para o sucesso da empresa e do impacto que terá na determinação da “valia do plano empresarial” apresentado.

***“O “plano de formação” é constituído, pela formação eventualmente necessária para obter a “formação adequada” exigida para a instalação e, pela “formação complementar” de interesse relevante para a actividade.”***

Deve ainda ter-se em conta que, quer a “formação adequada”, quer a “formação complementar”, é feita com base em unidades de formação de muito curta duração, centradas na aquisição das competências essenciais, de modo a reduzir o tempo de formação e a possibilitar a sua programação de acordo com as necessidades, durante o prazo estabelecido contratualmente.

Tendo em conta o modelo aplicado nos anteriores programas, podemos identificar sinteticamente os principais traços distintivos do modelo agora em aplicação:

- A formação passa a ser parte integrante da instalação, podendo ser obtida ao longo dos primeiros trinta e seis meses do contrato;
- É definido um perfil mínimo de qualificação, que quando não

cumprido, obriga a frequentar de uma a quatro unidades de formação, cuja duração total não excederá 213 horas;

- Das unidades de formação obrigatória passa a constar uma de “formação prática em contexto empresarial”;
- A formação complementar é de iniciativa e exclusiva responsabilidade do candidato;
- A formação profissional passa a constituir um dos factores para pontuação final do projecto de instalação.

As características que assinalámos permitem-nos afirmar que este modelo apresenta vantagens em relação ao anterior, porque essencialmente evidencia os seguintes pontos fortes:

- Elimina os “desperdícios” financeiros, que a anterior formação prévia à instalação motivava;
- Coloca as competências profissionais e a formação profissional como um factor determinante para o sucesso da instalação;
- Estimula os candidatos a definir o seu “modelo de negócio” e a nele incorporar a formação profissional;
- Permite ajustar a formação às necessidades do candidato e a sua realização ao longo da instalação;
- Integra na formação a componente de formação prática em contexto empresarial;
- Assenta num modelo formativo estruturado em unidades de formação de curta duração, que permitem o desenvolvimento de itinerários de formação ajustados e flexíveis.

Ainda que a aplicação deste novo modelo esteja agora a iniciar, existem três aspectos que nos parece devem mere-

cer alguma atenção nomeadamente, o processo de identificação das necessidades de formação do jovem, a duração da formação e, a formação prática em contexto empresarial.

Em relação ao primeiro, tal como está definido, traduz-se num processo administrativo de verificação de condições, que torna bastante limitada a análise das necessidades de formação e por consequência, a definição da formação necessária para o candidato. Parece-nos ser mais vantajoso, haver um processo específico de avaliação das competências do candidato, que para além da análise documental, integre também entrevistas, provas e balanço de competências, pelo qual seja avaliado o seu perfil e orientada e fundamentada a formação a realizar.

Em relação ao segundo, ainda que as alterações verificadas nesta matéria sejam, em nosso entender, no bom sentido, parece-nos que as unidades de formação são excessivamente curtas, o que poderá pôr em causa a aquisição das competências necessárias. Em nosso entender, justifica-se uma adequada reflexão sobre esta questão e a

avaliação das primeiras acções de formação a realizar.

No que respeita à formação prática em contexto empresarial, importa ter em conta que a mesma implica dispor de empresas de referência, onde os candidatos possam praticar a gestão empresarial e técnica, mas também de empresários e gestores competentes, que disponham de competências pedagógicas mínimas para enquadrar e orientar os formandos. Não é ainda evidente como se constitui a rede de empresas e como se forma adequadamente os futuros tutores.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que as alterações introduzidas no PRODER melhoram substancialmente o modelo de formação profissional para a instalação dos jovens agricultores, porém, identificam-se alguns aspectos, em nosso entender relevantes, que ainda carecem de aprofundamento, justificando-se desde já o adequado acompanhamento e avaliação da vertente da formação profissional dos processos de instalação em curso.



# O SECTOR LEITEIRO PORTUGUÊS PASSADO, PRESENTE E FUTURO

## 1. Balanço do Sector

Estou ligado ao sector leiteiro há mais de 40 anos acompanhando com grande interesse a sua evolução ao longo destes anos. Tenho tido a oportunidade de acompanhar e partilhar os desafios deste sector e a forma como os tem ultrapassado. Destes recordo o desafio da produção (a necessidade de produzir para cobrir a grande carência de leite no mercado português, anos 60 e 70), o desafio da integração de Portugal na UE (anos 80), o desafio da qualidade (promover a qualidade atendendo aos padrões europeus, anos 90 e 2000) e o desafio da eficiência, isto é, o desafio de produzir o litro de leite ao mais baixo preço possível.

O sector leiteiro tem sabido sempre encontrar a resposta adequada, sendo certo que umas vezes de forma adequada e outras nem tanto, normalmente à custa do abandono da actividade por muitos produtores, nomeadamente os mais idosos e os de menor dimensão. Tem sido decisivo, também, para o sucesso do sector o peso das Cooperativas neste sector e, essencialmente, do papel da estrutura de transformação e comercialização de produtos lácteos que as Cooperativas AGROS, LACTICOOP E PROLEITE criaram e a que deram o nome de LACTOGAL.

Os desafios atrás referidos foram todos sendo ultrapassados com excepção do último (eficiência) que está no centro das nossas preocupações e ao qual se acrescenta agora, mais recentemente, um outro decorrente da importação de leite pelas grandes empresas de distribuição que depois comercializa este leite através de marcas brancas. Estas importações, em quantidades crescentes nos últimos anos, provêm de negócios de ocasião, isto é, excedentes de leite em Países como a Espanha e a França colocados em Portugal a um preço marginal por esse facto e, de negócios de contrapartidas. Por exemplo, a troca dum autorização da expansão de um Grupo empresarial Português na Polónia, ficou este obrigado a importar para Portugal uma determinada quantidade de leite produzido na Polónia.

Assim, para além do desafio enorme e desigual que é competir em preços com países com melhores aptidões naturais para a produção de leite, o sector confronta-se agora, também, com a ameaça decorrente da entrada de leite pro-

veniente de outros países por força de razões conjunturais (excedentes pontuais) ou decorrente de contrapartidas negociais estabelecidos em acordos comerciais. Se produzir a um preço muito baixo é já em si um desafio que poucos estarão preparadas e conseguirão superar, a ameaça da importação de leite pode ter consequências gravíssimas. De facto, se até à presente data a LACTOGAL tem conseguido assegurar o escoamento do leite produzido pelos produtores associados nas Cooperativas que lhe deram origem, no futuro tal poderá estar comprometido caso se mantenha a tendência actual de aumento das importações de leite.

## 2. Avaliação da saúde da Política Agrícola Comum (PAC)

Sendo próxima, no tempo, a elaboração deste artigo e o acordo alcançado pelo Conselho de Ministros da UE sobre a avaliação de saúde da PAC, ocorrido no passado dia 20 de Novembro, entendi que fazia sentido reflectir aqui as principais decisões do citado acordo.

Assim e com base num documento da autoria do Eng. Fernando Cardoso (FENALAC), apresenta-se seguidamente as principais conclusões do acordo alcançado:

- As ajudas directas (RPU e ajudas ligadas) superiores a 5.000 euros/ano sofrerão uma redução percentual dos montantes ao longo dos anos, desde 7% em 2009 até 10% em 2012 (Aumento da modulação obrigatória). Os montantes gerados por estes mecanismos vão alimentar os denominados “novos desafios” como sejam as alterações climáticas, energias renováveis e gestão da água.
- Actualmente os investimentos efectuados e apoiados no âmbito dos programas de desenvolvimento Rural tem como limite a produção correspondente à respectiva quota, obrigação agora retirada. Esta disposição faz parte do esforço de enfraquecer o sistema de quotas, antecipando a intenção de não as prolongar para além de 2015 (RELAÇÃO ENTRE QUOTA E AJUDAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL).



### 3. Considerações finais

Parece manter-se, infelizmente, a decisão da UE em manter o sistema de quotas somente até ao ano de 2015. Para além desta decisão, que se prevê de consequências desastrosas para o sector leiteiro Nacional, a UE vem já implementando um conjunto de acções que visam retirar eficácia, desde já, ao sistema de quotas ainda em vigor. A decisão da UE de aumentar em 1% ao ano as quotas nacionais entre os anos de 2009 e 2013, não pode ser entendida de outra forma.

Da leitura deste texto não poderá ficar certamente o leitor com uma perspectiva optimista quanto à sustentabilidade futura deste sector. As ameaças são muitas e reais. É certo que no passado estas ameaças também existiram e de forma também real e em grande número. É certo também que este sector tem actualmente uma estrutura de apoio à produção, estruturas de transformação e comercialização dos produtos lácteos que mais nenhum sector agrícola em Portugal dispõe. Assim, não pelo presente mas pela forma como no passado se foram resolvendo os desafios do sector continuo a pensar que se trata de um sector com futuro em Portugal. Para que tal se confirme estou certo que muito terá de mudar em particular a forma de gerir as explorações leiteiras. Terá forçosamente de ser uma gestão altamente profissionalizada e sempre orientada para o mercado. Neste domínio não duvido que os Jovens Agricultores terão um papel decisivo na reconversão e na profissionalização do sector. Neste mesmo sentido julgo que os produtores deverão ter no futuro um postura bem mais interventiva. Isto é, os produtores terão de estar mais informados sobre o meio onde operam de forma a poderem também ter um papel mais activo e participativo na sociedade onde estão inseridos. A ligação dos produtores às respectivas Cooperativas e estas à LACTOGAL poderá ser o factor decisivo na criação das condições necessárias para que este sector ultrapasse mais estas dificuldades com que se depara actualmente. Entendo ser premente o sector não só recuperar como também manter os níveis mínimos de estabilidade por forma a criar as condições indispensáveis ao incentivo ao investimento no sector e que os produtores possam ver compensado todo o esforço financeiro e humano investido no sector.

- Cada uma das rubricas do ponto anterior e ainda outras medidas podem usufruir de 3,5% dos montantes anuais referidos acima, sendo que no caso de Portugal esse limite ascende a cerca de **20 milhões/ano**. No entanto, o acordo final prevê que no caso do leite o prémio será concedido por cabeça ou por hectare, facto que de alguma forma contraria a intenção demonstrada pela tutela de utilizar esta verba para apoiar a competitividade e as “deficiências” ambientais.
- Quanto ao futuro do sistema de quotas o limiar de 2015 para o término do sistema mantém-se. Da parte da Comissão, não há sequer a intenção de propor qualquer extensão do sistema no período pós 2015. Foi ainda decidido um aumento das quotas nacionais em 1% anual entre os anos de 2009 e 2013, sendo que a Itália recebe o aumento de 5% já em 2009.

## NA CULTURA DE PLANTAS AROMÁTICAS



### JOVENS EMPREENDEDORES

**Nome** Susana Paulino

**Idade** 30 anos

**Estado Civil** Solteira

**Habilitações** Licenciatura em Engenharia Agrícola

**Ano de Instalação** 2004

**Nome** João Paixão

**Idade** 31 anos

**Estado Civil** Solteiro

**Habilitações** Licenciatura em Engenharia Agrícola

**Ano de Instalação** 2004

### CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

A exploração situa-se no distrito de Évora, no concelho de Reguengos de Monsaraz, na freguesia de São Pedro do Corval. Este projecto incluiu duas primeiras instalações.

**SAU:** 5 ha

**Especialização Produtiva:** Plantas Aromáticas

**Mão-de-obra Permanente:** 3 pessoas

### ENTREVISTA

#### 1 – Quais os motivos que os levaram a enveredar pela actividade agrícola?

Termos formação superior na área e o gosto pela agricultura.

#### 2 – Principais dificuldades sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actuais

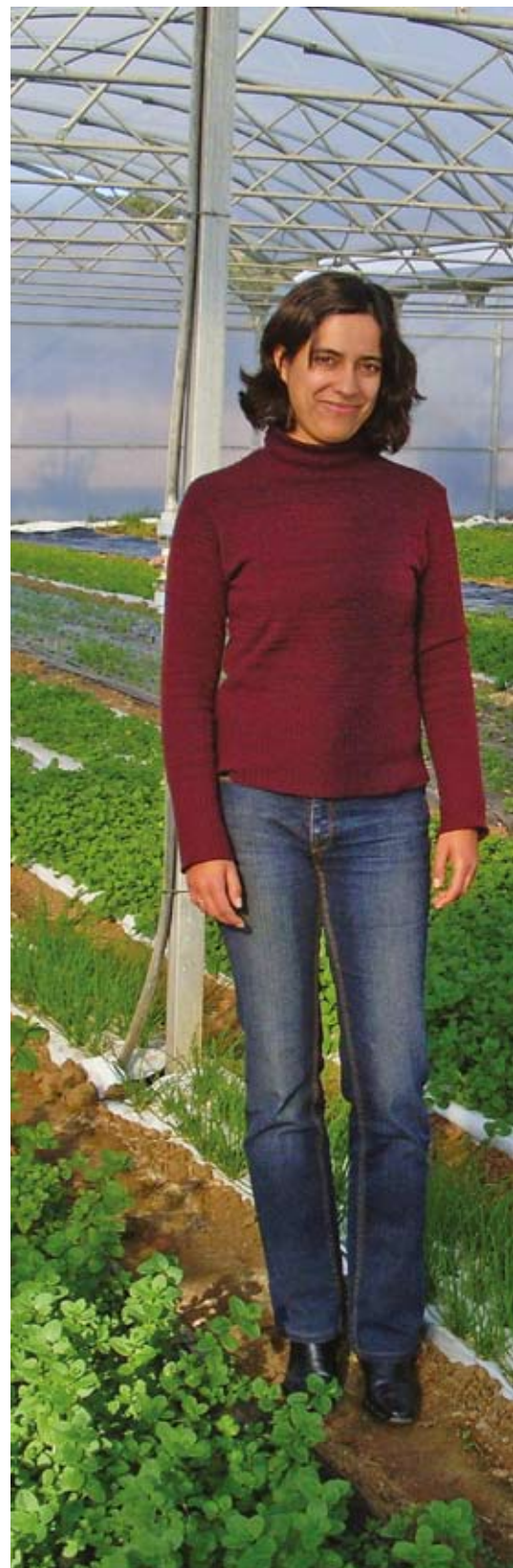
Como tivemos de adquirir o terreno, a principal dificuldade antes da instalação foi encontrar um terreno para uma boa prática agrícola, água e electricidade e que estivesse ao nosso alcance em termos financeiros.

Aquando da instalação, não tivemos muita dificuldade, pois conseguimos organizar todos os investimentos a realizar de modo a não termos qualquer contrariedade.

Actualmente, devido a crise que afecta o nosso país, sentimos maiores dificuldades na comercialização.

#### 3 – Tendo por base a vossa experiência quais os factores de sucesso das primeiras instalações?

O principal factor de sucesso das primeiras instalações é de possibilitar a inserção de pessoas jovens na área agrícola, tendo por base projectos inovadores e competitivos.





**4 – Perspectivas de introdução de alterações na exploração a médio e longo prazo**

A médio e a longo prazo as alterações na exploração passam por um incremento de infra-estruturas, tanto em estufas como no armazém para apoio, como também um aumento da mão-de-obra, para uma evolução das quantidades produzidas e consequentemente comercializadas.

**5 – Procederam a estudos de mercado por forma a avaliar a capacidade de escoamento do(s) produto(s)?**

Sim, procedemos. Procurámos saber quais os produtos mais consumidos, os que poderiam ter aceitação e a forma de comercializá-los.

**6 – Acompanham o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Comunicação numa perspectiva de proceder à sua introdução na exploração?**

Sim, estamos sempre atentos às novas tecnologias que nos possam facilitar o trabalho.

**7 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na vossa exploração?**

Aquando da elaboração do projecto, tivemos em conta que a rega fosse o mais eficiente possível, utilizando exclusivamente a rega gota a gota. Neste momento, continuamos com a rega gota a gota e incorporamos todos os resíduos no solo, de modo a não perder matéria orgânica.

**UMA PALAVRA DE DOIS JOVENS PARA OS JOVENS**

Queremos salientar que uma empresa agrícola é como outra empresa qualquer, tem de ser dinâmica e competitiva. Para isso é necessário que os jovens com formação na área, invistam no sector, aproveitando as primeiras instalações.

## FERTILIZAÇÃO NO OLIVAL

O olival tem representado o sistema agrário produtor de azeite por excelência da bacia do mediterrâneo. Conjuntamente com as rotações de cereais, leguminosas e vinha tem constituído a base da agricultura de sequeiro dos países ribeirinhos desde há mais de dois mil anos. Em geral, trata-se de um sistema de produção baseado na excelente adaptação da planta às condições de seca da sua área de cultivo. Em particular é uma cultura especialmente importante nos países considerados mediterrânicos integrados na União Europeia (Espanha, Grécia, Itália e Portugal).

O olival, cujo cultivo terá evoluído lentamente no decurso dos séculos, apresentou uma verdadeira revolução nas últimas décadas. A força motriz desta alteração terá sido a intensificação do sistema de produção, que teve lugar não só em novas plantações fora da bacia mediterrânica, mas também no coração da zona tradicionalmente produtora de azeite.

O olival intensivo surge como alternativa ao tradicional.

Os objectivos deste novo sistema comportam um aumento da produtividade e da mecanização da cultura, em particular da colheita.

A preparação do solo, o aumento da densidade de plantação, a propagação em viveiro, a formação de árvores de tronco único para facilitar a colheita mecanizada, o aumento da fertilização e o recurso à irrigação complementar são as principais inovações.

A cultura intensiva, plantações de 300 oliveiras/ha (compasso 7,4 x 4,5 m) de um único tronco, apta para a colheita mecânica da azeitona, pela utilização de um vibrador de troncos automatiz e pelo recurso a uma equipa composta por um reduzido número de trabalhadores procura maximizar a produção suprimindo limitações do meio ambiente



mediante o fornecimento de nutrientes, água e produtos fitossanitários.

Os elementos e actuações necessárias para cumprir os objectivos de intensificar a produção de uma forma sustentável seriam:

- Manutenção do solo
- Fertirrigação
- Poda
- Fitossanitários
- Estado nutricional do olival.

O presente artigo é centrado nas intervenções que podemos efectuar sobre o estado nutricional das plantações de olival.

O estado nutricional do olival, dentro de uma determinada variedade, não afecta apenas a produção da árvore. Existe uma possível relação entre esse estado de nutrição e a composição química do fruto, especialmente no que respeita ao teor de polifenóis ou a sua proporção respeitante a outros componentes orgânicos, o que se traduzirá numa relação directa entre o estado nutricional da árvore e a qualidade do azeite.

Uma correcta fertilização do olival permite manter um bom nível de produção evitando estados de deficiências nutricionais que poderão afectar negativamente a colheita.

O plano de fertilização deverá efectuar-se de uma forma racional e sempre com apoio técnico, tendo em conta a

fertilidade do solo, o estado nutritivo das árvores, o estado nutritivo da plantação, o estado vegetativo das árvores, a disponibilidade de água no solo, a fertilização realizada em anos anteriores, a existência de sintomas visuais atribuíveis a deficiências nutricionais e finalmente o nível de produção média da plantação.

### AZOTO

O azoto é um dos elementos mais importantes no desenvolvimento das árvores, influenciando tanto no desenvolvimento vegetativo como no desenvolvimento do fruto. O azoto detém um papel decisivo na produção anual do olival.

O azoto é um elemento essencial para o desenvolvimento do olival, sendo um dos constituintes das proteínas, clorofila, aminoácidos e outros componentes do metabolismo.

A deficiência de azoto atrasa o desenvolvimento, as folhas adquirem uma coloração amarelada (incluído as nervuras) origina desfoliação e seca as pontas dos ramos: a produção diminui consideravelmente.

Um excesso de nutrição azotada produz um atraso na maturação e uma perda de qualidade do fruto, sobretudo se as aplicações são tardias. O excesso de azoto origina um crescimento excessivo das células vegetais que ficam com paredes celulares mais finas, tornando assim a planta mais susceptível ao ataque de pragas.



### FÓSFORO

O fósforo desempenha um papel importante na fotossíntese e respiração das plantas, é muito consumido na floração e na maturação dos frutos. O fósforo intervém na divisão celular e no desenvolvimento dos tecidos meristemáticos.

A deficiência ou carência de fósforo no olival é pouco frequente. Contudo, por vezes podem observar-se baixos teores de fósforo na folha em solos ácidos, deficiências que podem ser provocadas por baixos teores de fósforo assimiláveis no solo.

O fósforo é um elemento muito pouco móvel na planta pelo que há que fornecer no Outono ou muito no início da Primavera para que possa estar disponível na parte aérea da oliveira no momento de máxima necessidade coincidindo com a floração.

### POTÁSSIO

O potássio é um dos elementos extraídos em maior quantidade pela cultura. Isto significa que o potássio é um elemento de elevada importância na nutrição do olival. Uma das causas das carências do potássio é a interacção com o cálcio, isto é, se o solo do olival é calcário (a grande maioria dos olivais estão plantados em solos calcários) o excesso de cálcio inibe a absorção do potássio.

As árvores com níveis baixos de potássio são mais sensíveis ao frio, à seca e ao ataque de fungos (olho de

pavão fundamentalmente); oliveiras mal nutridas em potássio apresentam uma maior perda de água, o que pode acelerar o aparecimento de stress hídrico. Numa situação, com limitação na disponibilidade de água, provocará o aparecimento de necroses nas folhas e desfoliação em situação de seca prolongada e/ou grandes colheitas.

### BORO

O boro no olival é imprescindível para a polinização e vingamento dos frutos, facilitando também o transporte de açúcares.

A deficiência de boro no olival é uma das carências mais comuns. O boro não é um elemento muito móvel pelo que a sua deficiência pode ser detectada nas folhas jovens. A carência deste nutriente produz, em princípio uma diminuição da produção e posteriormente a formação de folhas pequenas e quebradiças, assim como a mal formação dos frutos. Esta carência é frequente nos solos calcários e em épocas de seca. A Primavera é o melhor momento para corrigir a sua deficiência.

### CÁLCIO E MAGNÉSIO

O cálcio é um elemento importante como constituinte das paredes celulares, os frutos têm mais consistência se dispõem de cálcio suficiente.

O excesso de cálcio pode provocar deficiências de potássio (K) e magnésio (Mg), pois estes três iões inter-relacionam-se no complexo de troca do solo.

O magnésio é denominado actualmente como o quarto elemento depois do azoto, fósforo e potássio.

### FERRO

A deficiência de ferro conhecida como clorose férrica é um desequilíbrio nutritivo que pode afectar os olivais instalados em solos muito calcários, com um pH elevado. As árvores afectadas pela clorose férrica mostram sintomas característicos de clorose na folha caracterizados por uma coloração amarelada de intensidade variável no limbo, mas mantêm-se verdes as nervuras, acompanhada de uma diminuição do tamanho das folhas apicais, um crescimento pequeno dos gomos e uma diminuição da produção.

A fertilização foliar é uma técnica baseada na capacidade de absorção de elementos químicos pelas folhas. Comparada com aplicação no solo, a fertilização foliar apresenta a vantagem de uma utilização mais rápida do produto e de uma forma mais efectiva. A fertilização foliar torna-se necessária, em todo o caso, quando há que fornecer elementos bloqueados no solo por alguma característica destes.

A fertilização foliar é muitas vezes mais económica quando se aplicam micronutrientes, devido às pequenas quantidades requeridas pelo olival destes elementos. Quando se aplicam macronutrientes, como o azoto e o potássio é necessário aumentar o número de aplicações. Em qualquer caso, o custo de aplicação pode reduzir-se quando se combina com fitofarmacêuticos, pois aproveita-se o mesmo tratamento para aplicar estes produtos.

Artigo desenvolvido pelo Departamento Técnico da Lignokel, com a colaboração especial de D.Juan de Dios Estrada (I.Técnico – desarrollo del Olivar)

## INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES - 2009

Os períodos de candidaturas à Acção 1.1.3 "INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES" previstos para 2009 na Portaria 357-A/2008 decorrem em:

- 1 a 31 de Janeiro
- 1 a 30 de Abril
- 1 a 31 de Julho
- 1 a 31 de Outubro

### Quem pode beneficiar do prémio à primeira instalação?

- Os Jovens Agricultores que se instalem, pela primeira vez, a tempo completo ou parcial, numa exploração agrícola nos seis meses anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;  
- As pessoas colectivas que revistam a forma de sociedade por quotas com actividade agrícola como objecto social, desde que os sócios gerentes que sejam detentores da maioria do capital social tenham mais de 18 e menos de 40 anos à data de apresentação do pedido, e se instalem pela primeira vez como tal.

### Quais são os requisitos a cumprir?

- Possuir o 9º ano de escolaridade;  
- Possuir aptidão e competência profissional adequada de acordo com os requisitos mínimos definidos, todavia poderão adquirir, no prazo de 36 meses a contar da celebração do contrato de financiamento, a aptidão e competência profissional adequada;  
- Deterem a titularidade exploração agrícola objecto da primeira instalação;

- Deterem um sistema de contabilidade organizada, ou um sistema de contabilidade simplificada, aplicado nos termos das normas RICA, ou outros equiparados e reconhecidos para o efeito.

Os candidatos devem apresentar um Plano Empresarial relativo a um período de cinco anos, com coerência técnica, económica e financeira para uma exploração que apresente viabilidade económica, bem como um Plano de Formação com a identificação da formação necessária para adquirir a aptidão e competência profissional adequada quando, à data da apresentação do pedido de apoio, o candidato não a possuir, bem como da formação complementar de interesse relevante para o exercício das actividades da exploração agrícola.

Os jovens em regime de primeira instalação podem beneficiar de ajudas ao investimento enquadradas na acção 1.1.1 "Modernização e Capacitação das Empresas". Se o plano empresarial incluir investimentos enquadráveis na acção 1.1.1 os pedidos de apoio deverão ser apresentados em simultâneo.

O valor do prémio é de 40.000 euros sob a forma de subsídio não reembolsável.

A AJAP coloca à disposição de todos os Jovens Agricultores que se pretendam instalar uma vasta equipa de técnicos qualificados para os ajudar a preparar o dossier de candidatura e elaborar o respectivo Plano Empresarial.

Para mais informações e esclarecimentos por favor contacte a Sede da AJAP por telefone (21 324 49 70) ou e-mail ([ajap@ajap.pt](mailto:ajap@ajap.pt)).

### RPU – PERÍODO DE COMUNICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DIREITOS RPU

Encontra-se a decorrer um novo período de comunicação de Transferência de Direitos RPU para o ano 2009, que terminará seis semanas antes do final do período de recepção do Pedido Único 2009 (prazo a ser estabelecido por de Despacho Normativo).

### PROCURA-SE PARCERIA

Procuro parceria na área agrícola para investir em Olival e Vinha na província do Namibe, em Angola.

Fernando Alexandre

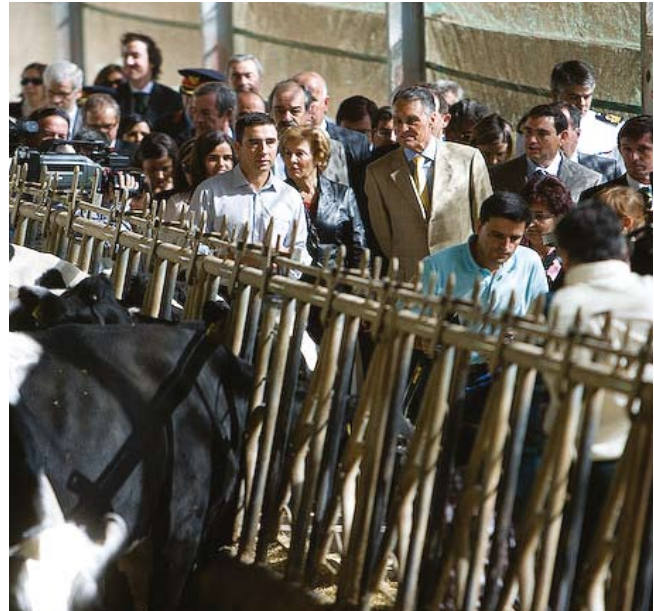
Tlm.: 968010672

Tel.: 00244926069105 / 00244924603814

**COMERCIAL QUÍMICA MASSÓ S.A.**  
A chave do sucesso para as suas culturas

*Disponível no seu fornecedor habitual*

## ROTEIRO PARA A JUVENTUDE PRESIDENTE DA REPÚBLICA MOSTRA “BONS EXEMPLOS”



No passado dia 3 de Outubro o Presidente da República iniciou o primeiro Roteiro para a Juventude subordinado ao tema “Autonomia dos Jovens e Associativismo”.

A iniciativa teve como objectivo estimular e valorizar o importante papel dos jovens na sociedade e, segundo Cavaco Silva, pretendeu mostrar os “bons exemplos” de jovens que “tomaram as rédeas do seu destino nas mãos e souberam encontrar o seu caminho”.

O Chefe de Estado mostrou-se preocupado com o reduzido número de Jovens Agricultores alertando para o facto de que “em Portugal apenas 3,7 por cento dos agricultores são jovens, o que é menos de metade da média da União Europeia”. Cavaco Silva defendeu a necessidade de “uma nova estratégia que traga mais jovens a este sector tão importante da nossa sociedade”, “para que mais Jovens Agricultores se instalem” contribuindo para “o necessário rejuvenescimento de um sector demasiado envelhecido” sob o risco de Portugal perder capacidade produtiva, caso não se verifique uma rápida renovação.

A convite da AJAP o Presidente da República visitou duas explorações de sucesso de Jovens Agricultores. Em Mancelos, Vila Meã, conheceu a exploração leiteira Agro-Mancelos, pioneira na ordenha robotizada e a única exploração nacional a exportar embriões de gado. No concelho de Lousada, em Sousela, percorreu a vinha da “Quinta da Lourosa” cujos vinhos foram distinguidos com vários prémios internacionais. Cavaco Silva elogiou o espírito empreendedor e dinâmico dos Jovens Agricultores, reconhecendo a necessidade de maiores apoios do Estado, principalmente na instalação, recordando que “todos os países da Europa concedem apoios fortes aos

Jovens Agricultores, porque sabem que não há futuro para a agricultura sem os Jovens Agricultores”. O Chefe de Estado apelou a um diálogo construtivo para que seja possível atender às necessidades dos Jovens Agricultores.

Com o “Roteiro para a Juventude” surgiu uma plataforma de debate – “Diálogos Digitais”, alojada na página da internet da Presidência.

A AJAP foi a entidade dinamizadora do fórum subordinado ao tema “Agricultura Jovem” que contou com vinte e seis participantes e um moderador. O debate centrou-se em três tópicos: “O Desafio da Instalação de Jovens Agricultores”, “Formação e Acompanhamento dos Jovens Agricultores” e “Os Jovens Agricultores e as Preocupações Ambientais”.

O fórum, on-line e acessível à participação de qualquer visitante até ao final de Outubro, caracterizou-se por partilha de opiniões, dúvidas, testemunhos e críticas por vezes controversas mas sempre enriquecedoras.



## JOVENS AGRICULTORES EUROPEUS E A NOVA SITUAÇÃO DO MERCADO APÓS 2013

A AJAP participou no seminário subordinado ao tema "Jovens Agricultores da Europa e a Nova Situação do Mercado após 2013", que teve lugar em Utrecht, na Holanda, entre 26 e 29 de Novembro. A declaração final do CEJA reúne as principais conclusões, sendo de destacar:

### **Sucessão na Agricultura**

O valor das empresas é cada vez maior e, portanto, é necessário que os jovens empresários agrícolas tenham acesso a capital que lhes ofereça a possibilidade de desenvolver conceitos para uma agricultura sustentável. Novas estratégias de como investir na próxima geração de agricultores precisam ser desenvolvidas. É um sinal muito positivo que o Conselho de Ministros da Agricultura tenha recentemente decidido aumentar o limite máximo de apoio à instalação, no âmbito do Health Check.

### **Qualidade e segurança alimentar**

O constante aumento da população mundial torna necessário que o sector agrícola, produza mais alimentos e matérias-primas. De acordo com o CEJA, este aumento na produção de alimentos deve conseguir manter altos padrões de qualidade. A qualidade precisa de continuar a ser uma das principais exigências para a agricultura europeia a fim de esta permanecer competitiva num mercado global. No entanto, o conceito de qualidade tem que ser tratado como dinâmico e não como um conceito fixo.

Com o objectivo de assegurar a qualidade da produção, todos os intervenientes na cadeia alimentar, desde o produtor à indústria de transformação e cadeias de distribuição, devem ser submetidas a controlos eficazes. No entanto, esses controlos devem ser geridos da forma menos burocrática possível. Esta é a razão pela qual os Jovens Agricultores Europeus do CEJA consideram ser crucial garantir a transparência do mercado, através da rastreabilidade de produtos que ostentem rótulos para uma melhor identificação e indicação da origem dos produtos.

### **Negociações da OMC e o comércio internacional**

Diminuir as barreiras comerciais, como parte dos acordos da OMC na Ronda de Doha, bem como todos os acordos bilaterais e regionais, não deve conduzir a uma concorrência desleal para os agricultores Europeus resultante dos produtos que não tenham sido produzidos em conformidade com as regulamentações da UE mas que são tratados da mesma forma que os produtos que cumprem os elevados padrões europeus.

### **O papel da PAC**

Depois do Health Check, é agora tempo de continuar a defender o papel vital das empresas agrícolas que operam no mercado local como um elemento-chave da futura PAC, tendo em consideração a produção sustentável, como é esperada pelos consumidores Europeus, nos dias que correm só é possível se o acréscimo de custos de produção forem reflectidos no preço dos produtos.

A política agrícola após 2013 deve ter em conta estas diferenças nos custos de produção devido aos requisitos especiais para produtos e processos de produção na Europa.

### **Manutenção da paisagem cultural**

A paisagem europeia é única devido à sua diversidade, sendo uma grande extensão mantida pelo sector agrícola. Os Jovens Agricultores do CEJA continuarão a ser "gestores de paisagem". Para algumas explorações, será uma tarefa muito importante, para outros uma tarefa secundária, mas a manutenção de paisagens continuará a ser uma das actividades mais importantes para os agricultores, para além da produção alimentar. Isso é especialmente válido para as regiões desfavorecidas. É crucial para os serviços públicos e infra-estrutura dessas regiões, frequentemente associados à produção de alta qualidade, que os agricultores permaneçam no terreno e que a desertificação dessas regiões possa ser evitada.

### **Mercado**

A agricultura europeia, como sector primário com um número relativamente elevado de produtores primários, tem de conseguir uma melhor posição quando se trata da venda dos seus produtos, adquirindo valor acrescentado ao longo da cadeia alimentar. Os Jovens Agricultores têm de estar conscientes dos seus custos de produção se quiserem alcançar um lugar melhor no mercado. Por isso necessitam de formação adequada.

O CEJA reafirma que a diversificação da actividade agrícola e criação do valor acrescentado em cada exploração contribui para melhorar a segurança alimentar na Europa.

O CEJA considera que é também crucial criar ferramentas inovadoras para a gestão de mercados no âmbito do 1º pilar da PAC, que permitam gerir riscos e crises na agricultura, oferecendo «redes de segurança» para os produtores europeus. Os Jovens Agricultores precisam não só de mecanismos individuais, como por exemplo seguros, mas também uma estrutura sólida para o desenvolvimento de uma melhor cooperação entre os agricultores.

## PRODER

### Portaria n.º 1348/2008

#### D.R. n.º 230, Série I de 2008-11-26

Altera a Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de Março, que aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), que integra a acção n.º 2.2.1, designada «Alteração de modos de produção agrícola», e a acção n.º 2.2.2, designada «Protecção da biodiversidade doméstica»

### Portaria n.º 1305/2008

#### D.R. n.º 219, Série I de 2008-11-11

Altera a Portaria n.º 618/2008, de 14 de Julho que aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 2.2.3.2, «Componente Animal», da Acção n.º 2.2.3, «Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos», da medida n.º 2.2, «Valorização de modos de produção», integrado no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER

### Portaria n.º 1238/2008

#### D.R. n.º 211, Série I de 2008-10-30

Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 1.2, «Cooperação Empresarial para o Mercado e Internacionalização», designado «Redimensionamento e cooperação empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER

### Portaria n.º 1229-C/2008

#### D.R. n.º 208, Série I, Suplemento de 2008-10-27

Altera a Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», da Medida n.º 1.1, «Inovação e Desenvolvimento Empresarial», Integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER

### Portaria n.º 1229-B/2008

#### D.R. n.º 208, Série I, Suplemento de 2008-10-27

Altera a Portaria n.º 596-B/2008, de 8 de Julho, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.4.1, «Apoio à Gestão das Intervenções Territoriais Integradas», da medida n.º 2.4, «Intervenções territoriais integradas», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER

### Portaria n.º 1229-A/2008

#### D.R. n.º 208, Série I, Suplemento de 2008-10-27

Altera o Regulamento aprovado pela Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de Maio, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER

### Portaria n.º 964-A/2008

#### D.R. n.º 166, Série I, Suplemento de 2008-08-28

Altera a Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de Março, que aprova o Regulamento de Aplicação das Componentes Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER

## PECUÁRIA

### Decreto-Lei n.º 214/2008,

#### D.R. n.º 218, Série I de 2008-11-10

Estabelece o regime do exercício da actividade pecuária

### Decreto-Lei n.º 190/2008

#### D.R. n.º 186, Série I de 2008-09-25

Cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida às empresas do sector da pecuária intensiva que exerçam as actividades da avicultura, bovinicultura, cunicultura e suinicultura no território continental de Portugal

# Gabinetes de Apoio Jovem Agricultor

- 1** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)  
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa, Tel.: 213 244 970
- 2** Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho  
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740
- 3** Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural  
Praça General Barbosa, n.º 85, 1.º, Sala 3, 4900-347 Viana do Castelo. Tel.: 258 847 101
- 4** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro  
Rua dr. Paulo Marcelino, 46, 4840-100 Terras de Bouro, Tel.: 253 356 089
- 5** Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo  
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089
- 6** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião  
Ed. Adegas Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945
- 8** Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa  
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 -141 Lousada, Tel.: 255 913 305
- 13** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães  
Rua da Boavista, Quintá de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411
- 14** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto  
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480
- 15** Associação de Agricultores de Ribadouro  
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403
- 16** Centro de Gestão Agrícola de Barcelos  
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, Bl. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543
- 17** Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes  
Rua dos Camilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502
- 20** Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037
- 21** Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro  
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532
- 22** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo  
Av. do Brasil, N.º 8, 1º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348
- 23** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro  
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650
- 24** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldonha  
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2º, Esc. 2, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756
- 25** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé  
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205
- 27** Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé  
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417
- 28** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó  
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042
- 29** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar  
Praça da República, 18 - 1.º, 5110 - 127 Armamar, Tel.: 254 855 960
- 30** Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação  
Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Edifício Vilalva, Loja EO, 5000-586 Vila Real
- 31** Gabinete de Apoio Agrícola  
Rua da Fonte do Paço, Edifício Maria da Fonte, 1.º C - 3, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 737
- 32** Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente  
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698
- 33** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços  
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421
- 34** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros  
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior  
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139
- 38** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral  
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmega, Tel.: 231 525 315
- 39** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas  
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539
- 40** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião  
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037
- 41** Cooperativa Agrícola da Beira Agueira  
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Mel L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470
- 42** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia  
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros
- 44** Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste  
Praceta Habijovem, Lote 141, Rch, 2005-167 Santarém, Tel.: 243 352 916
- 45** Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei  
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426
- 46** Balcão Rural de Abrantes  
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806
- 47** Balcão Rural de Foros de Salvaterra  
Rua Imaculado Coração de Maria, N.º 179, 2120 - 188 Foros de Salvaterra, Tel.: 263 501 500
- 49** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer  
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012
- 50** Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo  
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140
- 51** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola  
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057
- 52** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel  
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458
- 53** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura  
Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775
- 54** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba  
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547
- 57** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira  
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227
- 61** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia  
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas, Tel.: 268 626 668
- 62** Gabinete de Coordenação Regional do Algarve  
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000-673 Estoi Tel.: 289 994 581
- 63** FRUSOAL- Frutas Sotavento Algarve  
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela Tel.: 281 950 400

